



Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	63.614,81	-
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.981.271,52	451.173,44
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (I II a + III b)		12.432.444,96
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		420.877.832.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,0 0 2 954 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0, 0 0 6 000 %		25.252.669,92
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,0 05700 %		23.990.036,42
FONTE: SIAFI GERENCIAL E RESOLUÇÃO 5/2005 - CNJ		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

LYLIAN BEATRIZ DE OLIVEIRA COMELI
Secretária de Administração

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO
Secretário de Controle Interno

RUBENS CURADO SILVEIRA
Secretário-Geral

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 359, DE 27 DE MAIO DE 2009

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo nº 10855/2009, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2009, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. CARLOS AYRES BRITTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2008 A ABRIL DE 2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15 7 . 783	1.621
Pessoal Ativo	122.751	1.621
Pessoal Inativo e Pensionistas	35.032	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	43.54 7	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	3.872	-
Despesas de Exercícios Anteriores	4.700	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	34.976	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1 14 . 23 6	1.621
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		1 15 . 85 7
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) ¹		42 0 . 877 . 8 32
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,02 7527
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>		18 5 . 0 5 6
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>		17 5 . 8 01
FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE		

¹ Valores referentes à Portaria STN nº 276, de 19/05/2009.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS
Diretor-Geral

ANDERSON VIDAL CORRÊA
Secretário de Administração

SÉRGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA
Secretário de Controle Interno e Auditoria

EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade em exercício

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 37, DE 27 DE MAIO DE 2009

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2009, na forma do ANEXO, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CESAR ASFOR ROCHA

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2008 A ABRIL DE 2009

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pa- gar não Pro- cessados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.639.007	13.965	8.702.972
Pessoal Ativo	8.063.375	13.019	8.076.394
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.942	0	1.942
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	3.686.399	10.027	3.696.426
Demais Despesas com Pessoal Ativo	4.375.034	2.991	4.378.025
Pessoal Inativo e Pensionistas	625.632	946	626.578
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	4.452.444	12.591	4.465.034
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	595	0	595
Decorrentes de Decisão Judicial	3.671.094	10.027	3.681.122
Despesas de Exercícios Anteriores	202.908	1.884	204.792
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	577.846	679	578.525
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.236.563	1.374	4.237.938
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			420.877.832
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV)] x 100	1,006602%	0,000327%	1,006928%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1,631968%		6,868,592
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	1,550370%		6,525,162

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2) Nas despesas com pessoal ativo estão computadas R\$ 3.696.426.931,89 (três bilhões, seiscentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos) referentes a Precatórios e Requisição de Pequeno Valor (RPV) da Administração Direta;
- 3) Nas despesas com pessoal inativo estão computadas R\$ 2.027.889,16 (dois milhões, vinte e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos) com sentenças judiciais de inativos e pensionistas do próprio Órgão.

GETÚLIO CAIXETA SOUZA FERREIRA
Secretário de Controle Interno

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 15, DE 27 DE MAIO DE 2009

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de maio de 2008 a abril de 2009.

Art. 2º - Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 4-5-2000, observadas as prescrições da Portaria nº 577/STN/MF, de 15.10.2008 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28.08.2002, conforme quadro anexos

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES